

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 528.630 - GO (2019/0248933-4)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : EPITACIO BARBOSA DOS REIS
ADVOGADO : EPITÁCIO BARBOSA DOS REIS - GO027179
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : ELIAS CRISTIANO COLUNAS GOULART (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de ELIAS CRISTIANO COLUNAS GOULART contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás proferido no julgamento do HC n. 5464958.52.2019.8.09.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante no dia 13/09/2018 pela suposta prática dos crimes tipificados nos arts. 180, *caput*, (receptação simples), 311, *caput*, (adulteração de sinal identificador de veículo), e 288 (associação criminosa), parágrafo único, todos do Código Penal - CP; art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de entorpecentes) e art. 244-B, da Lei n. 8.069/1990 (corrupção de menor). Referida custódia foi convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou prévio *habeas corpus* perante o Tribunal estadual, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado (fl. 77):

HABEAS CORPUS. RECEPTAÇÃO. ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. CORRUPÇÃO DE MENOR. DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. NÃO CONFIGURAÇÃO.

PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. O excesso de prazo na instrução criminal não é absoluto, não resultando de simples operação aritmética, dependendo das peculiaridades do caso concreto. Assim, o aventado constrangimento ilegal, não se revela com a nitidez necessária, tendo em vista que se trata, o caso, de feito que apresenta certa complexidade, com pluralidade de réus, além da necessidade de expedição de cartas precatórias, justificando uma maior dilação procedimental, o que por si só afasta a alegação de afronta ao princípio da razoável duração do processo.

ORDEM DENEGADA.

Superior Tribunal de Justiça

No presente *writ*, o impetrante alega a ocorrência de constrangimento ilegal, pois seria flagrante o excesso de prazo para a formação da culpa, haja vista que o paciente estaria preso desde 13/09/2018, há mais mais de 11 (onze) meses ou seja, há 338 (trezentos e trinta e oito) dias, sem que houvesse o término da instrução criminal.

Afirma que a mora para o encerramento da instrução não seria atribuível à defesa, bem como o prazo legal já teria sido ultrapassado, razão pela qual defende a concessão da liberdade provisória ao paciente, sob pena de afronta à garantia constitucional da razoável duração do processo.

Pleiteia, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva imposta ao paciente, com a imediata expedição de alvará de soltura em seu favor, ante o reconhecimento do excesso de prazo para a formação da culpa. bem como, caso mantida a prisão na sentença, seja deferido ao réu o apelo em liberdade.

Indeferida a liminar (fls. 85/87) e informações prestadas (fls. 91/104), o Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem (fls. 108/110).

É o relatório.

Decido.

Conforme relatado, busca-se no presente *mandamus* o relaxamento da prisão preventiva imposta aos pacientes.

Por se tratar de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida segundo a atual orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Ademais, não verifico a existência de flagrante ilegalidade que justifique a concessão da ordem de ofício.

Isso porque, dos informes obtidos na página eletrônica do Tribunal de origem, verificou-se que a Ação Penal n. 201801187481 teve trâmite regular, não havendo falar em inércia do Poder Judiciário. Constatou-se ainda, que se encontra encerrada a instrução criminal, estando os autos em fase de alegações finais, a atrair ao caso a incidência da Súmula 52 deste Superior Tribunal de Justiça, que prevê:

Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo.

Superior Tribunal de Justiça

Anote-se, ainda, os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. PROCESSO NA FASE DE ALEGAÇÕES FINAIS. INSTRUÇÃO ENCERRADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 52 DO STJ. RECURSO DESPROVIDO.

1. Encontrando-se o processo na fase de alegações finais fica prejudicado o pedido de liberdade provisória fundamentado na alegação de excesso de prazo da prisão preventiva. Incidência do enunciado n. 52 da Súmula desta Corte. Precedentes.

2. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no HC 318.701/AL, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 26/10/2015).

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XVIII, *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 20 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator